



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE C

ASSEMBLEIA NACIONAL:

Comissão Permanente:

Resolução n° 54/IX/2018:

Deferindo o pedido de suspensão temporária de mandato do Deputado João de Brito Lopes de Pina. 1827

Resolução n° 55/IX/2018

Deferindo o pedido de suspensão temporária de mandato do Deputado Estevão Barros Rodrigues.1827

Resolução n° 56/IX/2018

Deferindo o pedido de suspensão temporária de mandato do Deputado Hélio de Jesus Pina Sanches.1827

Gabinete do Presidente:

Despacho substituição n° 61/IX/2018

Substituindo o Deputado João de Brito Lopes de Pina por Paulo Barbosa Amado Alves de Barros.1827

Despacho substituição n° 62/IX/2018

Substituindo o Deputado Estevão Barros Rodrigues por Mário Celso Alves Teixeira. 1828

Despacho substituição n° 63/IX/2018

Substituindo os Deputados Hélio de Jesus Pina Sanches e Jorge Pedro Maurício dos Santos por Amândio Alcides de Pina Furtado e Maria Roberto Nascimento, respetivamente. 1828

Secretaria-Geral:

Extracto do despacho n° 1831/2018:

Dando por finda a comissão de serviço de Ivanira Agues da Cruz Silva no cargo de Secretária do Líder Parlamentar do Movimento para a Democracia. 1828

Extracto do despacho n° 1832/2018:

Nomeando Ivanira Agues da Cruz Silva, licenciada em Ciências Políticas, para exercer em comissão de serviço as funções de técnica superior no Gabinete do Grupo Parlamentar do MPD. 1828

Extracto do despacho n° 1833/2018:

Nomeando Wesley Paulo Duarte Rodrigues, licenciado em Relações Internacionais e Diplomacia, para exercer em comissão de serviço as funções de Secretário do Líder Parlamentar do MPD. 1828

Comunicação n° /2018:

Comunicando o regresso de Óscar Alcides Semedo Lopes, condutor auto-ligeiro, referência 2, escalão A, Gabinete do Grupo Parlamentar de PAICV, às suas funções a partir 26 de novembro de 2018.1828

CHEFIA DO GOVERNO:***Gabinete do Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros:*****Extracto do despacho nº 1834/2018:**

Concedendo o estatuto de utilidade pública a Associação de Amizade Cabo Verde China - Amicachi..... 1828

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:***Direção Nacional de Administração Pública:*****Extracto do despacho nº 1835/2018:**

Aposentando Francisco Borges, servente, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Domingos..... 1828

Extracto do despacho nº 1836/2018:

Aposentando José António Correia Freire, segundo subchefe da policia nacional, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna..... 1829

Extracto do despacho nº 1837/2018:

Aposentando Ana Gonçalves de Barros, revendedora do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Domingos..... 1829

Extracto do despacho nº 1838/2018:

Aposentando Leonor Borges de Oliveira, ex-ajudante serviços gerais do quadro de pessoal do Câmara Municipal de Santa Cruz..... 1829

Extracto do despacho nº 1839/2018:

Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Delfina Brito Almeida Monteiro, na qualidade de cônjuge sobrevivivo de Alberto Rendall Monteiro..... 1829

Extracto do despacho nº 1840/2018:

Aposentando Adelino Benício Marques de Sousa, professor do ensino secundário assistente nível II, do quadro de pessoal do Ministério de Educação 1830

Extracto do despacho nº 1841/2018:

Aposentando Joaquim dos Santos Morais, ex-professor do ensino secundário adjunto, do quadro de pessoal do Ministério de Educação..... 1830

Extracto do despacho nº 1842/2018:

Aposentando Lúcio Cabral Mendes, professor do ensino secundário de 1.ª, nível I, do quadro de pessoal do Ministério de Educação..... 1830

Extracto do despacho nº 1843/2018:

Aposentando Maria Amélia Rodrigues de Carvalho Gomes, professora do ensino secundário nível III, do quadro de pessoal do Ministério de Educação..... 1830

Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão:**Extracto de despacho conjunto nº 1844/2018:**

Requisitando Adilson Domingos da Veiga Semedo, Mestre em Empreendedorismo e Gestão de Negócios e licenciado em Economia e Gestão, para exercer as funções de técnico de Finanças nível I, da Direção Geral do Tesouro, do Ministério das Finanças..... 1830

Extracto de despacho conjunto nº 1845/2018:

Requisitando Ivete Teixeira de Oliveira, licenciada em Contabilidade e Administração – Ramo Auditoria, para exercer as funções de técnica de Finanças nível I, da Direção Geral do Tesouro, do Ministério das Finanças..... 1830

Extracto de despacho conjunto nº 1846/2018:

Autorizando o trabalhador Sandeney Samuel Cabral Fernandes, trabalhador vinculado à empresa ÁGUAS DE SANTIAGO (AdS), S.A., a exercer em regime de comissão de serviço, as funções de técnico superior..... 1830

Extracto de despacho conjunto nº 1847/2018:

Nomeando em comissão ordinária de serviço, Ivanilde Verónica Tavares Costa da Veiga, mestre em Contabilidade, para exercer as funções de Directora do Serviço de Auditoria Interna, da Direção Nacional de receitas do Estado, do Ministério das Finanças..... 1831

Extracto do despacho nº 1848/2018:

Prorrogando por mais um ano, a requisição de Ederlisis Hernandez da Vera Cruz, técnica de nível I, do quadro da Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Finanças, na Direção Nacional de Receitas do Estado..... 1831

MINISTERIO DA JUSTIÇA E TRABALHO:***Director Nacional da Polícia Judiciária:*****Extracto do despacho nº 1849/2018:**

Nomeando César Augusto Mendes Lopes, inspetor-chefe nível III, para, em regime de comissão de serviço para exercer o cargo de Chefe de Setor..... 1831

Extracto do despacho nº 1850/2018:

Nomeando Claudino Monteiro Xavier, especialista superior nível I, para chefiar o Laboratório da Polícia Científica da Polícia Judiciária de Cabo Verde..... 1831

Extracto do despacho nº 1851/2018:

Nomeando Jacinto Fernandes do Canto, inspetor-chefe nível III, dirigir o Setor de Polícia Técnica da Polícia Judiciária de Cabo Verde..... 1831

	<p>Extracto do despacho nº 1852/2018: Nomeando Jorge Humberto Andrade, inspetor-chefe nível III, para, em regime de comissão de serviço e na dependência funcional do Departamento de Informação Criminal, chefiar o Setor de Telecomunicações, Informática e apoio tecnológico. 1831</p> <p>Extracto do despacho nº 1853/2018: Nomeando Joana Baptista Rocha, Técnica Administrativa Superior nível I, chefiar o Núcleo de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial do Departamento de Investigação Criminal do Mindelo. 1831</p> <p>MINISTÉRIO DO TURISMO E TRANSPORTES: <i>Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:</i></p> <p>Extracto de Contrato de Gestão nº 52/2018: Nomeando mediante o contrato de gestão, José Correia Gomes Silva para exercer as funções de Director Geral da DGPOG, do Ministério do Turismo e Transportes. 1831</p>
PARTE D	<p>CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL: <i>Secretaria:</i></p> <p>Extracto da deliberação: Nomeando provisoriamente os licenciados em direito para exercerem o cargo de Juiz Assistente, que se indica. 1832</p>
PARTE G	<p>MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL: <i>Câmara Municipal:</i></p> <p>Extracto do despacho nº 1854/2018: Contratando em regime de trabalho a termo os funcionários da Câmara Municipal de São Miguel, apoios operacionais e assistentes técnicos, que se indicam. 1832</p> <p>Aviso nº 25/2018: Notificado Rosalino dos Santos Cardoso funcionário da Câmara Municipal de São Miguel de que foi instaurado um Processo disciplinar por abandono do lugar. 1833</p>

PARTE B

ASSEMBLEIA NACIONAL

Comissão Permanente

Resolução nº 54/IX/2018

de 21 de dezembro

Ao abrigo da alínea *a*) do artigo 44º do Regimento da Assembleia Nacional, a Comissão Permanente delibera o seguinte:

Artigo único

Deferir o pedido de suspensão temporária de mandato do Deputado João de Brito Lopes de Pina, eleito na lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral das Américas, por um período compreendido entre os dias 1 e 31 de dezembro de 2018.

Aprovada em 30 de novembro de 2018

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, em exercício, *Austelino Tavares Correia*

Resolução nº 55/IX/2018

de 21 de dezembro

Ao abrigo da alínea *a*) do artigo 44º do Regimento da Assembleia Nacional, a Comissão Permanente delibera o seguinte:

Artigo Primeiro

Deferir o pedido de suspensão temporária de mandato do Deputado Estevão Barros Rodrigues, eleito na lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral da África, por um período compreendido entre os dias 9 e 18 de dezembro de 2018.

Aprovada em 10 de dezembro de 2018

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, em exercício, *Austelino Tavares Correia*

Resolução nº 56/IX/2018

de 21 de dezembro

Ao abrigo da alínea *a*) do artigo 44º do Regimento da Assembleia Nacional, a Comissão Permanente delibera o seguinte:

Artigo Único

Deferir o pedido de suspensão temporária de mandato do Deputado Hélio de Jesus Pina Sanches, eleito na lista do MPD pelo Círculo Eleitoral de Santiago Norte, por um período de dez dias, com efeito a partir do dia 6 de dezembro de 2018.

Aprovada em 11 de dezembro de 2018

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, em exercício, *Austelino Tavares Correia*

Gabinete do Presidente

Despacho substituição nº 61/IX/2018

Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 12º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com o disposto nos artigos 4º, 5º e nº 2 do artigo 6º do Estatuto dos Deputados, defiro, a requerimento do Grupo Parlamentar do PAICV, o pedido de substituição temporária de mandato do Deputado João de Brito Lopes de Pina, eleito na lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral das Américas, pelo candidato não eleito da mesma lista, Senhor Paulo Barbosa Amado Alves de Barros.

Publique-se.

Assembleia Nacional, 30 de novembro de 2018. — O Presidente da Assembleia Nacional, em exercício, *Austelino Tavares Correia*

Despacho substituição nº 62/IX/2018

Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 12º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com o disposto nos artigos 4º, 5º e nº 2 do artigo 6º do Estatuto dos Deputados, defiro, a requerimento do Grupo Parlamentar do PAICV, o pedido de substituição temporária de mandato do Deputado Estevão Barros Rodrigues, eleito na lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral de África, pelo candidato não eleito da mesma lista, Senhor Mário Celso Alves Teixeira.

Publique-se.

Assembleia Nacional, 10 de dezembro de 2018. — O Presidente da Assembleia Nacional, em exercício, *Austelino Tavares Correia*

Despacho substituição nº 63/IX/2018

Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 12º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com o disposto nos artigos 4º, 5º e nº 2 do artigo 6º do Estatuto dos Deputados, defiro, a requerimento do Grupo Parlamentar do MPD, o pedido de substituição temporária de mandato dos seguintes Deputados:

1. Hélio de Jesus Pina Sanches, eleito na lista do MPD pelo Círculo Eleitoral de Santiago Norte, pelo candidato não eleito da mesma lista, Senhor Amândio Alcides de Pina Furtado.
2. Jorge Pedro Maurício dos Santos, eleito na lista do MPD pelo Círculo Eleitoral de Santo Antão, pela candidata não eleita da mesma lista, Senhora Maria Roberto Nascimento.

Publique-se.

Assembleia Nacional, 11 de dezembro de 2018. — O Presidente da Assembleia Nacional, em exercício, *Austelino Tavares Correia*

Secretaria-Geral

Extracto do despacho nº 1831/2018 — De S. Exª o Presidente da Assembleia Nacional:

De 28 de novembro de 2018:

É dada por finda a comissão ordinária de serviço de Ivanira Agues da Cruz Silva, no cargo de Secretária do Líder do Grupo Parlamentar do Movimento para a Democracia, com efeitos a partir de 20 de novembro de 2018.

Extracto do despacho nº 1832/2018 — De S. Exª o Presidente da Assembleia Nacional:

De 28 de novembro de 2018:

Ivanira Agues da Cruz Silva, licenciada em Ciências Políticas, nomeada para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de técnica superior no Gabinete do Grupo Parlamentar do Movimento para a Democracia, nos termos do artigo 8º e da alínea *d*) do nº 1 do artigo 67º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei nº 83/VII/2007, de 10 de Janeiro, conjugados com a alínea *c*) do artigo 38º, nº1 e alínea *a*) do nº2 do artigo 39º e nº 3 do artigo 45º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de dezembro. Com efeitos a partir de 20 de novembro de 2018.

A despesa tem cabimento no código 02.01.01.01.01 do orçamento privativo da Assembleia Nacional. — (Isento do Visto de Tribunal de Contas).

Extracto do despacho nº 1833/2018 — De S. Exª o Presidente da Assembleia Nacional:

De 28 de novembro de 2018:

Wesley Paulo Duarte Rodrigues, licenciado em Relações Internacionais e Diplomacia, nomeado para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de Secretário do Líder Parlamentar do MPD, nos termos do artigo 8º nº 3 do artigo 67º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei nº 83/VII/2011, de 10 de Janeiro, conjugados com os artigos 3º e 4º e nº 3 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de setembro, artigo 3º da Lei nº 1/IX/2016, de 11 de agosto, e alínea *b*) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro, com efeitos a partir de 20 de novembro de 2018.

A despesa tem cabimento no código 02.01.01.01.01 do orçamento privativo da Assembleia Nacional. — (Isento do Visto do Tribunal de Contas)

Comunicação nº /2018:

Óscar Alcides Semedo Lopes, condutor auto-ligeiro, referência 2, escalão A, em regime de contrato de trabalho a termo no Gabinete do Grupo Parlamentar de PAICV, que se encontrava de licença sem vencimento por um período de 3 (três) meses, retomou as suas funções a partir de 26 de novembro de 2018.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 28 de novembro de 2018. — A Secretária-Geral, *Marlene Brito Barreto Almeida Dias*

PARTE C**CHEFIA DO GOVERNO****Gabinete do Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros**

Extracto do despacho nº 1834/2018 — De S. Exª o Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros:

De 20 de dezembro de 2018:

Associação de Amizade Cabo Verde China - AMICACHI, é concedida o estatuto de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei nº 59/2005 de 19 de setembro.

Gabinete do Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros, na Praia, aos 20 de dezembro de 2018. — O Ministro, *Fernando Elísio Leboucher Freire de Andrade*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**Direção Nacional de Administração Pública**

Extracto do despacho nº 1835/2018 — De S. Exª a Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, por Delegação de competências do Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao abrigo da Lei nº. 61/III/89, de 30 de dezembro:

De 16 de agosto de 2018:

Francisco Borges, Servente do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Domingos - aposentado nos termos da alínea *b*) nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro, com direito à pensão provisória anual de 125 784\$00 (cento e vinte e cinco mil setecentos e oitenta e quatro escudos), sujeita á retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 33 anos e 4 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Esta pensão será dividida proporcionalmente da seguinte forma:

Orçamento do Estado 60 984\$00

Por despacho de 26 de junho de 2018 do Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 16 anos, 4 meses e 12 dias.

O montante em dívida no valor de 176 760\$00 (cento e setenta e seis mil setecentos e sessenta escudos), poderá ser amortizado em 197 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 752\$00 e as restantes de 898,00.

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Orçamento da C.M de S. domingos..... 64 800\$00

Por despacho de 1 de dezembro de 2017 do presidente da Câmara Municipal de S. Domingos, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 16 anos, 2 meses e 6 dias.

O montante em dívida no valor de 136 794\$00 (cento e trinta e seis mil, setecentos e noventa e quatro escudos), poderá ser amortizado em 197 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 890\$00 e as restantes de 693\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de outubro de 2018).

Extracto do despacho nº 1836/2018 — Do Director Nacional da Administração Pública, por sub-delegação de competências da Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, através do Despacho nº 39/2018, de 16 de julho.

De 27 de setembro de 2018:

José António Correia Freire, Segundo subchefe da Polícia Nacional referência 4, escalão C, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna, aposentado, nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro, conjugado com a alínea c) do artigo 70º do Decreto Legislativo nº 8/2010, de 28 de setembro, com direito à pensão provisória anual de 1 201 824\$00 (um milhão duzentos e um mil oitocentos e vinte e quatro escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do EAPS, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 4 de dezembro de 2018).

Extracto do despacho nº 1837/2018 — De S. Exª o Director Nacional da Administração Pública, ao abrigo da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro, por sub-delegação de competências da Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, através do Despacho nº 39/2018, de 16 de julho:

De 28 de setembro de 2018:

Ana Gonçalves de Barros, Revendedora do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Domingos, aposentação nos termos da alínea b) nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro, com direito à pensão provisória anual de 127 152\$00 (cento e vinte e sete mil cento e cinquenta e dois escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do EAPS, correspondente a 32 anos, 9 meses e 24 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Esta pensão será dividida proporcionalmente da seguinte forma:

Orçamento do Estado 87 348\$00

Por despacho de 16 de maio de 2018 do Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 18 anos e 9 dias.

O montante em dívida no valor de 202 500\$00 (duzentos e dois mil e quinhentos escudos), poderá ser amortizado em 226 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 900\$00 e as restantes de 896\$00.

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Orçamento municipal de São Domingos 39 792\$00

Por despacho de 1 de dezembro de 2017 do Presidente da Câmara, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 21 anos e 2 meses.

O montante em dívida no valor de 142 240\$00 (cento e quarenta e dois mil, duzentos e quarenta escudos), poderá ser amortizado em 220 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 866\$00 e as restantes de 646\$00.

As despesas tem cabimento na dotação inscrita no código 02.07.01.01.01, do Orçamento vigente na Câmara Municipal de S. Domingos.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de outubro de 2018)

Extracto do despacho nº 1838/2018 — De S. Exª o Director Nacional da Administração Pública, por sub-delegação de competências da Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, através do Despacho nº 39/2018, de 16 de julho:

De 22 de outubro de 2018:

Leonor Borges de Oliveira, ex-ajudante serviços gerais do quadro de pessoal do Câmara Municipal de Santa Cruz, aposentado, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência (EAPS), aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro, com direito à pensão provisória anual de 102 420\$00 (cento e dois mil quatrocentos e vinte escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do EAPS, correspondente a 20 anos e 9 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Esta pensão será dividida proporcionalmente da seguinte forma :

Orçamento do Estado 41 952\$00

Por despacho de 12 de julho de 2018 do Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 8 anos, 7 meses e 18 dias.

O montante em dívida no valor de 93 240\$00 (noventa e três mil duzentos e quarenta escudos), poderá ser amortizado em 104 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 849\$00 e as restantes de 897\$00.

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Orçamento da CMS Cruz 60 468\$00

Por despacho de 31 de agosto de 2018 do Presidente da Câmara Municipal, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 12 anos, 2 meses e 14 dias

O montante em dívida no valor de 164 493\$00 (cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e três escudos), poderá ser amortizado em 147 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1 398\$00 e as restantes de 600\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 21 de novembro de 2018)

A referida aposentação encontra-se cabimentada na rubrica de pensão de aposentação, código nº 02.07.01.01.01. do Orçamento Vigente.

Extracto do despacho nº 1839/2018 — Do Director Nacional da Administração Pública, por sub-delegação de competências da Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, através do Despacho nº 39/2018:

De 9 de novembro de 2018:

Delfina Brito Almeida Monteiro, na qualidade de cônjuge sobrevivivo de Alberto Rendall Monteiro, ex-apoio operacional falecido a 13 de fevereiro de 2015, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º da Lei nº 61/III/89 de 30 de dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor no valor de 117 324\$00 (cento e dezassete mil, trezentos e vinte e quatro escudos) anuais.

Viúva:

Delfina Brito Almeida Monteiro 117 324\$00

Por despacho de 12 de abril de 2018 do Director Geral do Planeamento Orçamento e Gestão, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso, referente ao período de 18 anos, 5 meses e 29 dias, no montante de 199 770\$00, poderá ser amortizado em 222 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 870\$00 e restantes de 900\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2015, nos termos do artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

(Visado, pelo Tribunal de Contas em 14 de dezembro de 2018).

Extracto do despacho nº 1840/2018 — Do Director Nacional da Administração Pública, por sub-delegação de competências da Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, através do Despacho nº 39/2018:

De 19 de novembro de 2018:

Adelino Benício Marques de Sousa, professor de ensino secundário assistente nível II 8/A, do quadro de pessoal do Ministério de Educação, aposentado, nos termos do nº 3 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência (EAPS), aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro, conjugado com o artigo 76º do Decreto-Lei nº 69/2015, de 12 de dezembro, que aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente, e com o artigo 9.º do Decreto Lei nº 1/2013, de 4 de janeiro, que define o regime jurídico da pensão Unificada da invalidez, velhice e sobrevivência do regime geral de providência Social e as pensões de aposentação social da Administração Pública, com direito à pensão provisória anual de 861 900\$00 (oitocentos e sessenta e um mil e novecentos escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do EAPS, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 12 de setembro de 2018 do Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 9 anos, 3 meses e 16 dias.

O montante em dívida no valor de 421 153\$00 (quatrocentos e vinte e um mil cento e cinquenta e três escudos), poderá ser amortizado em 141 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 2 973\$00 e as restantes de 2 987\$00.

Extracto do despacho nº 1841/2018 — Do Director Nacional da Administração Pública, por sub-delegação de competências da Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, através do Despacho nº 39/2018:

De 19 de novembro de 2018:

Joaquim dos Santos Morais, ex-professor do ensino secundário adjunto referência 7/A, do quadro de pessoal do Ministério de Educação, aposentado(a), nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência (EAPS), aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro, conjugado com o nº 6 do artigo 17º do Decreto-Legislativo nº 8/97, de 8 de maio, que aprova o Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, com direito à pensão provisória anual de 498 516\$00 (quatrocentos e noventa e oito mil quinhentos e dezasseis escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do EAPS, correspondente a 24 anos, 7 meses e 11 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 27 de setembro de 2018 do Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 21 anos, 2 meses e 8 dias.

O montante em dívida no valor de 702 821\$00 (setecentos e dois mil oitocentos e vinte e um escudos), poderá ser amortizado em 230 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 2 997\$00 e as restantes de 3 056\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 11 de dezembro de 2018).

Extracto do despacho nº 1842/2018 — Do Director Nacional da Administração Pública, por sub-delegação de competências da Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, através do Despacho nº 39/2018:

De 19 de novembro de 2018:

Lúcio Cabral Mendes, professor ensino secundário de 1.ª, nível I 10/C, do quadro de pessoal do Ministério de Educação, aposentado, nos termos do nº 3 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência (EAPS), aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro, conjugado com o artigo 76º do Decreto-Lei nº 69/2015, de 12 de dezembro, que aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente, com direito à pensão provisória anual de 1 278 288\$00 (um milhão duzentos e setenta e oito mil duzentos e oitenta e oito escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do EAPS, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 4 de dezembro de 2015 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 1 ano, 5 meses e 1 dia.

O montante em dívida no valor de 21 711\$00 (vinte e um mil setecentos e onze escudos), poderá ser amortizado em 5 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 4 343\$00 e as restantes de 4 342\$00.

Extracto do despacho nº 1843/2018 — Do Director Nacional da Administração Pública, por sub-delegação de competências da Secretária de Estado Adjunta para a Modernização Administrativa, através do Despacho nº 39/2018:

De 23 de novembro de 2018:

Maria Amélia Rodrigues de Carvalho Gomes, professora de ensino secundário nível III 10/A, do quadro de pessoal do Ministério de Educação, aposentada, nos termos do nº 3 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência (EAPS), aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro, conjugado com o artigo 76º do Decreto-Lei nº 69/2015, de 12 de dezembro, com direito à pensão provisória anual de 1 874 796\$00 (um milhão oitocentos e setenta e quatro mil setecentos e noventa e seis escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do EAPS, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 18 de setembro de 2018 do Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 5 anos, 6 meses e 29 dias.

O montante em dívida no valor de 66 935\$00 (sessenta e seis mil novecentos e trinta e cinco escudos), poderá ser amortizado em 22 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3 032\$00 e as restantes de 3 043\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 18 de dezembro de 2018).

As despesas têm cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Direção Nacional da Administração Pública, Praia, aos 21 de dezembro de 2018. — O Director Nacional, *Mafaldo de Carvalho*

Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato de despacho conjunto nº 1844/2018 — De S. Ex.^a o Ministro das Finanças e S. Ex.^a a Ministra da Justiça e Trabalho:

De 21 de setembro de 2018

Adilson Domingos da Veiga Semedo, Mestre em Empreendedorismo e Gestão de Negócios e licenciado em Economia e Gestão, técnico nível I, do quadro de pessoal do Ministério da Justiça e Trabalho (MJT), é requisitado para exercer as funções de técnico de Finanças nível I, da Direção Geral do Tesouro (DGT), do Ministério das Finanças, nos termos do artigo 42º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho e do nº 3 do artigo 8º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de dezembro, conjugado com a alínea a) do nº 2 do artigo 32º do Decreto-Lei nº 24/2016, de 6 de abril.

Extrato de despacho conjunto nº 1845/2018 — De S. Ex.^a o Ministro das Finanças e S. Ex.^a a Ministra da Educação/Família e Inclusão Social:

De 4 de outubro de 2018:

Ivete Teixeira de Oliveira, licenciada em Contabilidade e Administração – Ramo Auditoria, Subdiretora Administrativa e financeira da Escola Secundária Pedro Gomes, quadro do Ministério da Educação, é requisitada para exercer as funções de técnica de Finanças nível I, da Direção Geral do Tesouro (DGT), do Ministério das Finanças, nos termos do artigo 42º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de julho e do nº 3 do artigo 8º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de dezembro, conjugado com a alínea a) do nº 2 do artigo 32º do Decreto-Lei nº 24/2016, de 6 de abril.

Extrato de despacho conjunto nº 1846/2018 — De S. Ex.^a o Ministro das Finanças e S. Ex.^a o Presidente do Conselho de Administração da ADS:

De 17 de outubro de 2018:

Convindo assegurar a continuidade das atividades da Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado (UASE), e, atendendo ao fato de o departamento não se encontrar munido de técnicos em número suficiente para o cumprimento de suas atribuições, fica autorizado, Sandeney Samuel Cabral Fernandes, trabalhador vinculado à empresa AGUAS DE SANTIAGO (AdS), S.A., a exercer em regime de comissão de serviço, as funções de técnico superior na respetiva Unidade, ao abrigo do artigo 23º, da Lei nº 104/VIII/2016 que regula o Setor Público Empresarial e Empresas Públicas.

Os encargos serão suportados pela entidade solicitante, tendo havido prévia concordância da entidade empregadora e do trabalhador visado, e, ficando salvaguardado o direito ao lugar de origem, bem como todos os direitos inerentes.

Extracto de despacho conjunto nº 1847/2018 — De S. Ex^a o Secretário de Estado Adjunto das Finanças (SEAMF), no uso da competência delegada, ao abrigo do Despacho nº 37/2018, de 15 de maio, de S. Ex.^a o Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças:

De 12 de outubro de 2018:

É nomeada em regime de substituição, Ivanilde Verónica Tavares Costa da Veiga, mestre em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais, Coordenadora do Curso de Contabilidade, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais - Polo Universitário da Praia, para em Comissão Ordinária de Serviço, exercer as funções de Directora do Serviço de Auditoria Interna (SAI), da Direção Nacional de receitas do Estado (DNRE), do Ministério das Finanças (MF), nos termos do nº1 e nº2 do artigo 33º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, conjugado com a alínea a) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, e alínea a) do nº 1 do artigo 14º do Decreto-Regulamentar nº 2/2017, de 14 de Fevereiro.

(Visado pelo Tribunal de Contas a 30 de novembro de 2018).

Extracto do despacho nº 1848/2018 — De S. Ex^a o Diretor Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, no uso da Competência Subdelegada, ao abrigo do Despacho nº 38/2018, de 16 de junho, de S. Ex.^a O Secretário de Estado Adjunto das Finanças:

De 17 de dezembro de 2018:

Ao abrigo do nº 4 do artigo 8º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de dezembro, é prorrogada por mais um ano, a requisição de Ederlisis Hernandez da Vera Cruz, técnica de nível I, do quadro da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Finanças, na Direção Nacional de Receitas do Estado, a contar de 4 de janeiro de 2019.

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Finanças, na Praia, aos 17 de dezembro de 2018. — O Diretor Geral, *Carlos Rochas de Oliveira*

—oço—

MINISTERIO DA JUSTIÇA E TRABALHO

Director Nacional da Polícia Judiciária

Extracto do despacho nº 1849/2018 — De S. Ex^a o Director Nacional da Polícia Judiciária:

De 20 de dezembro de 2018:

Ao abrigo do nº 1, als. f) e h), do artigo 19.º do Decreto-Legislativo n.º 1/2008, de 18 de agosto, conjugado com o artigo 41.º e 42.º do Estatuto da Polícia Judiciária, é nomeado César Augusto Mendes Lopes, inspetor-chefe nível III, para, em regime de comissão de serviço, cumulação de funções e na dependência funcional do Diretor do Departamento de Apoio à Investigação Criminal, dirigir o Serviço de Armamento e Segurança.

A despesa tem cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 - Pessoal Do Quadro no Centro de Custo 40.10.15.11 - Funcionamento - Polícia Judiciária. — (Visado pelo Tribunal de Contas a 28 de novembro de 2018)

Extracto do despacho nº 1850/2018 — De S. Ex^a o Director Nacional da Polícia Judiciária:

De 20 de dezembro de 2018:

Ao abrigo do nº 1, als. f) e h), do artigo 19º do Decreto-Legislativo n.º 1/2008, de 18 de agosto, conjugado com o artigo 41.º e 42.º do Estatuto da Polícia Judiciária, é nomeado Claudino Monteiro Xavier, Especialista Superior nível I, para chefiar o Laboratório da Polícia Científica, em regime de comissão de serviço e na dependência funcional do Diretor do Departamento de Apoio à Investigação Criminal.

A despesa tem cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 - Pessoal Do Quadro no Centro de Custo 40.10.15.11 - Funcionamento - Polícia Judiciária. — (Visado pelo Tribunal de Contas a 28 de novembro de 2018)

Extracto do despacho nº 1851/2018 — De S. Ex^a o Director Nacional da Polícia Judiciária:

De 20 de dezembro de 2018 :

Ao abrigo do nº 1, als. f) e h), do artigo 19.º do Decreto-Legislativo n.º 1/2008, de 18 de agosto, conjugado com o artigo 41.º e 42.º do Estatuto da Polícia Judiciária, é nomeado Jacinto Fernandes do Canto, Inspetor-Chefe nível III, para, em regime de comissão de serviço, cumulação de funções e na dependência do Diretor do Departamento de Informação Criminal, Polícia Técnica e Apoio Tecnológico, dirigir o Setor de Polícia Técnica.

A despesa tem cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 - Pessoal do quadro no Centro de Custo 40.10.15.11 - Funcionamento - Polícia Judiciária. — (Visado pelo Tribunal de Contas a 28 de novembro de 2018)

Extracto do despacho nº 1852/2018 — De S. Ex^a o Director Nacional da Polícia Judiciária:

De 20 de dezembro de 2018:

Ao abrigo do nº 1, als. f) e h), do artigo 19.º do Decreto-Legislativo n.º 1/2008, de 18 de agosto, conjugado com o artigo 41.º e 42.º do Estatuto da Polícia Judiciária, é nomeado Jorge Humberto Andrade, Inspetor-Chefe nível III, para, em regime de comissão de serviço e na dependência funcional do Departamento de Informação Criminal, Polícia Técnica e apoio tecnológico, chefiar o setor de telecomunicações, informática e apoio tecnológico.

A despesa tem cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 - Pessoal do quadro no Centro de Custo 40.10.15.11 - Funcionamento - Polícia Judiciária. — (Visado pelo Tribunal de Contas a 14 de dezembro de 2018).

Extracto do despacho nº 1853/2018 — De S. Ex^a o Director Nacional da Polícia Judiciária:

De 20 de dezembro de 2018:

Ao abrigo do nº 1, als. f) e h), do artigo 19.º do Decreto-Legislativo n.º 1/2008, de 18 de agosto, conjugado com o artigo 41.º, 43.º e 48.º-B, n.º 2 do Estatuto do Pessoal da Polícia Judiciária, é nomeado Joana Baptista Rocha, Técnica Administrativa Superior nível I, para, em regime de comissão de serviço, chefiar o Núcleo de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial do Departamento de Investigação Criminal do Mindelo.

A despesa tem cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 - Pessoal do Quadro no Centro de Custo 40.10.15.11 - Funcionamento - Polícia Judiciária. — (Visado pelo Tribunal de Contas a 28 de novembro de 2018).

O Departamento de Recursos Humanos Financeiro e Patrimonial, do Ministério das Finanças, na Praia, aos 20 de dezembro de 2018. — O Diretor, *Alfredo Isidoro Araújo de Pina*

—oço—

MINISTÉRIO DO TURISMO E TRANSPORTES

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de Contrato de Gestão nº 52/2018 — S. Ex^a o Ministro do Turismo e Transportes e o Director Geral do Planeamento Orçamento e Gestão:

De 29 de junho de 2018:

É nomeado mediante o contrato de gestão, José Correia Gomes Silva, para exercer as funções de Director Geral da DGPOG, do Ministério do Turismo e Transportes, por um Período de três anos, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2018.

A despesa resultante terá cabimento na dotação orçamental inscrito na rubrica 02.01.01.01.02 – pessoal do quadro, na Direcção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão, do Ministério do Turismo e Transportes. — (Isento de visto do Tribunal de Contas).

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Turismo e Transportes, na Praia, aos 21 de dezembro de 2018. — Directora de Serviço, *Mónica Silva*

PARTE D**CONSELHO SUPERIOR
DA MAGISTRATURA JUDICIAL****Secretaria****Extracto da deliberação****De 21 de dezembro de 2018**

Ao abrigo do disposto nos artigos 29º alínea *a*) da Lei nº 90/VII/2011, de 14 de fevereiro, e 11º n.º 1 da Lei nº 1/VIII/2011, de 20 de junho, são nomeados os licenciados em direito como se indica:

Edson Lino Fernandes Moreira, licenciado em direito, candidato aprovado em concurso, nomeado provisoriamente para exercer o cargo de Juiz Assistente;

Ivalcénia da Graça Rodrigues Pinto, licenciada em direito, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente para exercer o cargo de Juiz Assistente;

Djeff Kirk Fortes Neves, licenciado em direito, candidato aprovado em concurso, nomeado provisoriamente para exercer o cargo de Juiz Assistente;

Arsénia Ramos Veiga, licenciada em direito, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente para exercer o cargo de Juiz Assistente;

Elisângelo Celestino Moreno Fernandes, licenciado em direito, candidato aprovado em concurso, nomeado provisoriamente para exercer o cargo de Juiz Assistente;

Carlos Patrick Teixeira Andrade, licenciado em direito, candidato aprovado em concurso, nomeado provisoriamente para exercer o cargo de Juiz Assistente;

Nilton José de Pina, licenciado em direito, candidato aprovado em concurso, nomeado provisoriamente para exercer o cargo de Juiz Assistente;

Magnólia Fortes Correia, licenciada em direito, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente para exercer o cargo de Juiz Assistente;

Hélia Maíza Medina da Graça, licenciada em direito, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente para exercer o cargo de Juiz Assistente;

Keila Maria Monteiro Semedo, licenciada em direito, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente para exercer o cargo de Juiz Assistente;

Fernando Rui Santos, licenciado em direito, candidato aprovado em concurso, nomeado provisoriamente para exercer o cargo de Juiz Assistente.

Ass – *Bernardino Duarte delgado*- Presidente

Está conforme -

Esta despesa tem cabimentação na rubrica - 02.01.01.01.02 - Pessoal do Quadro - do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, na Praia, aos 21 de dezembro de 2018. — O Secretário, *Joaquim Semedo*

PARTE G**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL****Câmara Municipal**

Extracto do despacho nº 1854/2018 — De S. Ex.º o Presidente da Câmara Municipal de São Miguel:

De 27 de novembro de 2018:

Adilson Daniel Gomes Correia, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e nºs 1 e 3 do artigo 6º e nº 2 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro.

Alcinda Gomes Miranda, contratada em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e nºs 1 e 3 do artigo 6º e nº 2 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro.

Ambrozina Lopes Sanches, contratada em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e nºs 1 e 3 do artigo 6º e nº 2 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro.

Armanda Landim de Barros, contratada em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e nºs 1 e 3 do artigo 6º e nº 2 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro.

Austelino Soares Horta, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de Pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e nºs 1 e 3 do artigo 6º e nº 2 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro.

Bernardino Lopes de Pina, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e nºs 1 e 3 do artigo 6º e nº 2 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro.

Carla Albertina Tavares Gomes Lopes, contratada em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e nºs 1 e 3 do artigo 6º e nº 2 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro.

Claudino Furtado Lopes, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de Pessoal de apoio operacional, nível II, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e nºs 1 e 3 do artigo 6º e nº 3 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro.

Edilson Manuel de Brito, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível II, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e nºs 1 e 3 do artigo 6º e nº 3 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro.

Edmilson Silva Duarte, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível III, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e nºs 1 e 3 do artigo 6º e nº 4 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro.

Ermelindo Furtado Silva, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de Pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e nºs 1 e 3 do artigo 6º e nº 2 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro.

Evaldino Borges Silveira, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de Pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro e nºs 1 e 3 do artigo 6º e nº 2 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro.

2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Evanildo Robalo Mendes, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal assistente técnico, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 64º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Feliciano Landim Mendes Dias, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de Pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Guilhermino Lopes Ramos, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de Pessoal de apoio operacional, nível III, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 4 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Jandira de Pina Moreno, contratada em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Jeremias Emanuel Garcia Gomes Andrade, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível II, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 3 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Joaquina Mendes Furtado, contratada em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

José Alberto Furtado, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

José Rocha Miranda, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Madalena Gomes Fernandes, contratada em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Magda Jandira Gomes Fernandes, contratada em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Maria da Conceição Tavares Semedo, contratada em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Maria da Graça de Oliveira, contratada em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Maria do Rosário Landim Tavares, contratada em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Maria Elisabeth Tavares Furtado, contratada em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional,

nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Michel Platiny Silva Landim, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de Pessoal de apoio operacional, nível II, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 3 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Marino Vaz Furtado, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Mário Jorge de Pina Silva, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível II, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 3 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Miguel Tavares Furtado, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Milton Soares Semedo, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Odailton Gil Gomes Silva, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Oswaldo Monteiro Fernandes, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de Pessoal de apoio operacional, nível II, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 3 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Roberto Carlos Tavares Fernandes, contratado em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

Samira de Jesus Sanches Furtado, contratada em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções de pessoal de apoio operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no código 03.01.01.01.03 – Pessoal Contratado, do Orçamento Municipal vigente. — (Visados pelo Tribunal de Contas, aos 6 de abril de 2018).

Câmara Municipal de São Miguel, aos 10 de dezembro de 2018. – O Diretor, *Filomeno Jesus Rodrigues de Pina*

Aviso nº 25/2018

Nos termos do artigo 63º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública em vigor, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 8/97, de 8 de maio, fica notificado Rosalino dos Santos Cardoso, funcionário da Câmara Municipal de São Miguel, ausente na parte incerta em Portugal, de que lhe instaurado um Processo disciplinar por abandono de lugar e que é concebido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do oitavo dia posterior à data de publicação no *Boletim Oficial*, ou em dois jornais de maior circulação no país, para o caso querendo, apresentar a sua defesa escrita.

Mais se avisa que o referido processo se encontra na Direção de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal de São Miguel, onde poderá ser consultado no dia e hora normal de expediente.

Câmara Municipal de São Miguel, aos 21 de setembro de 2018. — A Instrutora, *Eliane Benudia Lima*



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO:

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:

Extracto de Publicação de associação n° 525/2018:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória se encontra exarado um registo de nomeação de membros dos órgãos associativos da associação denominada "ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DA ILHA DE SANTIAGO - AAIS" 238

Extracto de Publicação de associação n° 526/2018:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória se encontra exarado um registo cessação e nomeação de membros dos órgãos associativos da associação denominada "ASSOCIAÇÃO DOS CHINESES DE CABO VERDE — ACCV" 238

Extracto de Publicação de sociedade n° 527/2018:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, se encontra exarada um registo de divisão e cessão de quotas, alteração do pacto social da sociedade por quotas denominada "KLS-COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO, Ld^{sp}" 238

Extracto de Publicação de sociedade n° 528/2018:

Certifica narativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, a meu cargo, e encontra exarada um registo de cessão de quotas e alteração parcial do pacto social, da sociedade por quotas denominada "BENI REALI, LD^{sp}" 239

Extracto de Publicação de sociedade n° 529/2018:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, se encontra exarada um registo de cessão e unificação de quotas, alteração da gerência, da forma de obrigar e do pacto social da sociedade por quotas denominada "MONTRIGO, Ld^{sp}" 239

Extracto de Publicação de sociedade n° 530/2018:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória foi deliberada a substituição/nomeação dos órgãos sociais da "SOLDIFOGO COOP – COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO PARA INCLUSÃO FINANCEIRA," 239

PARTE J**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO****Direcção-Geral dos Registos, Notariado
e Identificação****Conservatória de Registo das Pessoas Coletivas****Extracto de Publicação de associação nº 525/2018**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo se encontra exarado um registo de nomeação de membros dos órgãos associativos da associação denominada “ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DA ILHA DE SANTIAGO - AAIS”, com sede no Plateau, praça Alexandre Albuquerque, 1B, Cidade da Praia, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 3773/2016/09/20.

ÓRGÃOS:**MESA DE ASSEMBLEIA:**

- Presidente: Kátia Helena Vieira Cardoso.
- Vice-Presidente: Cursina de Jesus Rodrigues Garcia.
- Secretária: Milene Sofia Andrade de Barros.

CONSELHO DIRECTIVO:

- Presidente: Deolindo António Ferreira.
- Vice-Presidente: Mamadou Haoussou Drame.
- Tesoureiro: Daniel Carvalho de Alvarenga.

CONSELHO FISCAL:

- Presidente: Gelson Manuel Monteiro Andrade.
- Vice-Presidente: Neiva da Luz Barros Tavares.
- Secretária: Vera Lúcia Santos Varela.

Está conforme o original.

Conservatória de Registo das Pessoas Coletivas, na Praia, aos 7 de dezembro de 2018. — A Conservadora, *Denísia Almeida Da Graça*

Extracto de Publicação de associação nº 526/2018:

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo se encontra exarado um registo de cessação e nomeação de membros dos órgãos associativos da associação denominada “ASSOCIAÇÃO DOS CHINESES DE CABO VERDE — ACCV”, com sede no Plateau, Cidade da Praia, matriculada na Conservatória de Registo das Pessoas Coletivas, sob o número 89/ASSC//2018/10/04.

CESSAÇÃO DE FUNÇÕES:**MESA DE ASSEMBLEIA:**

- Vice-Presidente: Wang Hua Jie.
- Secretário: Jia Hai Lai.

CONSELHO DIRECTIVO:

- Vice-presidente: Zheng Xin Wang.

CONSELHO FISCAL:

- Vice-Presidente: Wang Cheng Lin.

NOMEAÇÃO:**MESA DE ASSEMBLEIA:**

- Vice-Presidente: Hu Jian Ping.
- Secretário: Lin Xiu Lin.

CONSELHO DIRECTIVO

- Vice-Presidente: Jia Hai Lai.

CONSELHO FISCAL:

- Vice-Presidente: Pan Xiao Fei.

Está conforme o original.

Conservatória de Registo das Pessoas Coletivas, na Praia, aos 13 de dezembro de 2018. — A Conservadora, *Denísia Almeida Da Graça*

**Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região
da Segunda Classe da Boa Vista****Extracto de Publicação de sociedade nº 527/2018**O CONSERVADOR, P/S : JOÃO ALESSANDRO BARBOSA
AMADO**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, a meu cargo, se encontra exarada um registo de divisão e cessão de quotas, alteração do pacto social da sociedade por quotas denominada “KLS-COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO, Ld”, NIF:267107226, com sede na Cidade de Sal Rei, com o capital social de dez milhões de escudos, matriculada na Casa do Cidadão sob o nº 2264420130425

CEDENTE: Galinha Karpushina, divorciada, da Rússia, residente em Sal Rei-Boa Vista

QUOTA DIVIDIDA: 6.000.000\$00

QUOTA TRANSMITIDA: 150.000\$00

CESSIONÁRIO: Aurite Tatiane Rodrigues Veríssimo, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, residente em Sal Rei

CEDENTE: Washington Weidman Lima da Silva, casado, natural do Brasil, residente em Sal Rei-Boa Vista

QUOTA DIVIDIDA: 4.000.000\$00

QUOTA TRANSMITIDA: 100.000\$00

CESSIONÁRIO: Aurite Tatiane Rodrigues Veríssimo, já identificado

QUOTAS UNIFICADAS: 150.000\$00+100.000\$00

Artigo Alterado: 4º

Artigo 4º

CAPITAL: 10.000.000\$00 (dez milhões de escudos), totalmente realizado e distribuído da seguinte forma:

- Galinha Karpushina; 5.850.000\$00
- Washington Weidman Lima da Silva; 3.900.000\$00
- Aurite Tatiane Rodrigues Veríssimo; 250.000\$00

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe da Boa Vista, aos 13 de dezembro de 2018. — O Conservador, p/s, *João Alessandro Barbosa Amado*.

Extracto de Publicação de sociedade nº 528/2018:

O CONSERVADOR, P/S : JOÃO ALESSANDRO BARBOSA AMADO

EXTRACTO

Certifico na narativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, a meu cargo, e encontra exarada um registo de cessão de quotas e alteração parcial do pacto social, da sociedade por quotas denominada “BENI REALI, LO”, NIF:25411 4890, com sede na Cidade de Sal Rei, com o capital social de trezentos e cinquenta mil escudos, matriculada sob o nº 30/2010

QUOTA CEDIDA: 70.000\$00

CEDENTE: Giovanni Grassi, casado, natural da Italia, de passagem por esta Cidade

CESSIONÁRIA: Maria Carla Grassi, natural de Itália onde reside de passagem por esta Cidade

Artigo Alterado: 4º

Art.4º

CAPITAL: 350.000\$00 (trezentos e cinquenta mil escudos), integralmente realizado e distribuído da seguinte forma:

SOCIOS E QUOTAS

- Vincenzo Stefini; 70.000\$
- Luigi Tomaseili; 70.000\$00;
- Vittorino; 70.000\$00
- Masimiliano Oldoni; 70.000\$00
- Maria Carla Grassi; 70.000\$00

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe da Boa Vista, aos 16 de dezembro de 2018. — O Conservador, p/s, *João Alessandro Barbosa Amado*

Extracto de Publicação de sociedade nº 529/2018:

O CONSERVADOR, P/S : JOÃO ALESSANDRO BARBOSA AMADO

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, a meu cargo, se encontra exarada um registo de cessão e unificação de quotas, alteração da gerência, da forma de obrigar e do pacto social da sociedade por quotas denominada “MONTRIGO, Ld”, NIF: 239312007 com sede na Cidade de Sal -Rei, com o capital social de trezentos mil escudos, matriculada na Casa do Cidadão sob o nº 2784420150415

CEDENTE: Morango, SA, com sede em Cidade Sal Rei, matricula na Casa do Cidadão sob o nº2905620160104

QUOTA TRANSMITIDA: 150.000\$00

CESSIONÁRIO: Andrea Zaetta, solteiro, maior, natural da Itália de passagem por esta cidade

CEDENTE: Rua 17, SA, com sede social na ilha do Sal, matriculada na Casa do Cidadão sob o nº2821820150717

QUOTA TRANSMITIDA: 150.000\$00

CESSIONÁRIO: Andrea Zaetta, já identificado

QUOTAS UNIFICADAS: 150.000\$00+150.000\$00

Artigo Alterado:1º, 4º, 5º nº1º e 2º

Artigo 1º

A sociedade adopta a denominação “MONTRIGO, SOCIEDADE UNIPessoal, LD”

Artigo 4º

CAPITAL: 300.000\$00 (trezentos mil escudos), correspondente a única quota pertencente ao sócio Andrea Zaetta

Artigo 5º

GERENCIA: Exercida pelo sócio único Andrea Zaetta

FORMA DE OBRIGAR: Pela assinatura do sócio único Andrea Zaetta

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe da Boa Vista, aos 18 de dezembro de 2018. — O Conservador/Notário, p/s, *João Alessandro Barbosa Amado*

Conservatória dos Registos/Cartório Notarial da Região de segunda Classe de São Filipe

Extracto de Publicação de sociedade nº 530/2018:

O CONSERVADOR, PAULO JORGE BARBOSA PINA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nos termos da acta da assembleia-geral de dez de dezembro de dois mil e dezoito, foi deliberada a substituição/nomeação dos órgãos sociais da SOLDIFOGO COOP – COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO PARA INCLUSÃO FINANCEIRA, matriculada sob o n.º 99/180919, nesta Conservatória/ Cartório, cuja inscrição reproduzida integralmente é como se segue:

Ap.01 – 18/12/2018 – SUBSTITUIÇÃO/NOMEAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS:

CONSELHO FISCAL

- Presidente: Luciano da Silva;
- Vogal: Sara Garcia de Pina;
- Vogal: António Monteiro,
- Suplente: Uilson Emanuel Pina Lopes.

Conservatória dos Registos/Cartório Notarial da Região da Segunda Classe de São Filipe, aos 18 de dezembro de 2018. — O Conservador, *Paulo Jorge Barbosa Pina*



II SÉRIE
**BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



*Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv*

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.